



# Universidade: presente!

**UFRGS**  
PROPEAQ



## XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2019
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Justiça e práxis política em Nancy Fraser
<b>Autor</b>	REGINA BRUNET ALENCAR E SILVA
<b>Orientador</b>	FELIPE GONÇALVES SILVA

Título do trabalho: “Justiça e práxis política em Nancy Fraser”

Autora: Regina Brunet Alencar e Silva

Orientador: Felipe Gonçalves da Silva

Instituição de Ensino: UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Esta pesquisa visa a analisar as diferenças das combinações entre os conceitos de *redistribuição* e *reconhecimento* para a formulação de uma teoria da justiça nos textos “*Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era ‘pós-socialista’*” (1997)<sup>1</sup> e “*A Justiça Social na era da política de Identidade: Redistribuição, reconhecimento e participação*” (2003)<sup>2</sup>, ambos de autoria da filósofa norte-americana Nancy Fraser. Em especial, buscamos (i) compreender a articulação desses dois conceitos no interior da teoria da justiça proposta pela autora, (ii) além de refletir sobre o papel atribuído à filosofia em sua capacidade de compreender e avaliar os processos políticos concretos, isto é, questionar a relação estabelecida pela autora entre teoria e práxis política. Como primeiro passo, foi realizado um mapeamento geral das obras de Fraser, a fim de compreender as bases normativas de seu pensamento político e contextualizá-las no âmbito de sua teoria da justiça. A partir disso, foi notada uma variação significativa nos modelos utilizados nos textos em análise supracitados: se, no texto de 1997, encontramos uma crítica às injustiças sociais e conseqüente tentativa de superá-las a partir de remédios de redistribuição e reconhecimento apropriados, falta-lhe ali um princípio normativo positivo capaz de fundamentar essas demandas. É apenas em 2003, com o conceito de paridade de participação, que essa exigência parece ter sido satisfeita. Além disso, parece possível identificarmos também uma mudança de atribuição da filosofia em relação aos processos políticos concretos: ao invés de uma determinação direta dos remédios de redistribuição e reconhecimento necessários ao combate de injustiças sociais, a filosofia política da autora passa a se limitar a oferecer um critério normativo para a avaliação de demandas concretas, atribuindo sua determinação substancial aos próprios processos democráticos.

---

<sup>1</sup> FRASER, Nancy. *Justice Interruptus*. Critical Reflections on the “post-socialist” condition. New York: Routledge, 1997.

<sup>2</sup> FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition*. A political-philosophical exchange. New York: Verso, 2003.